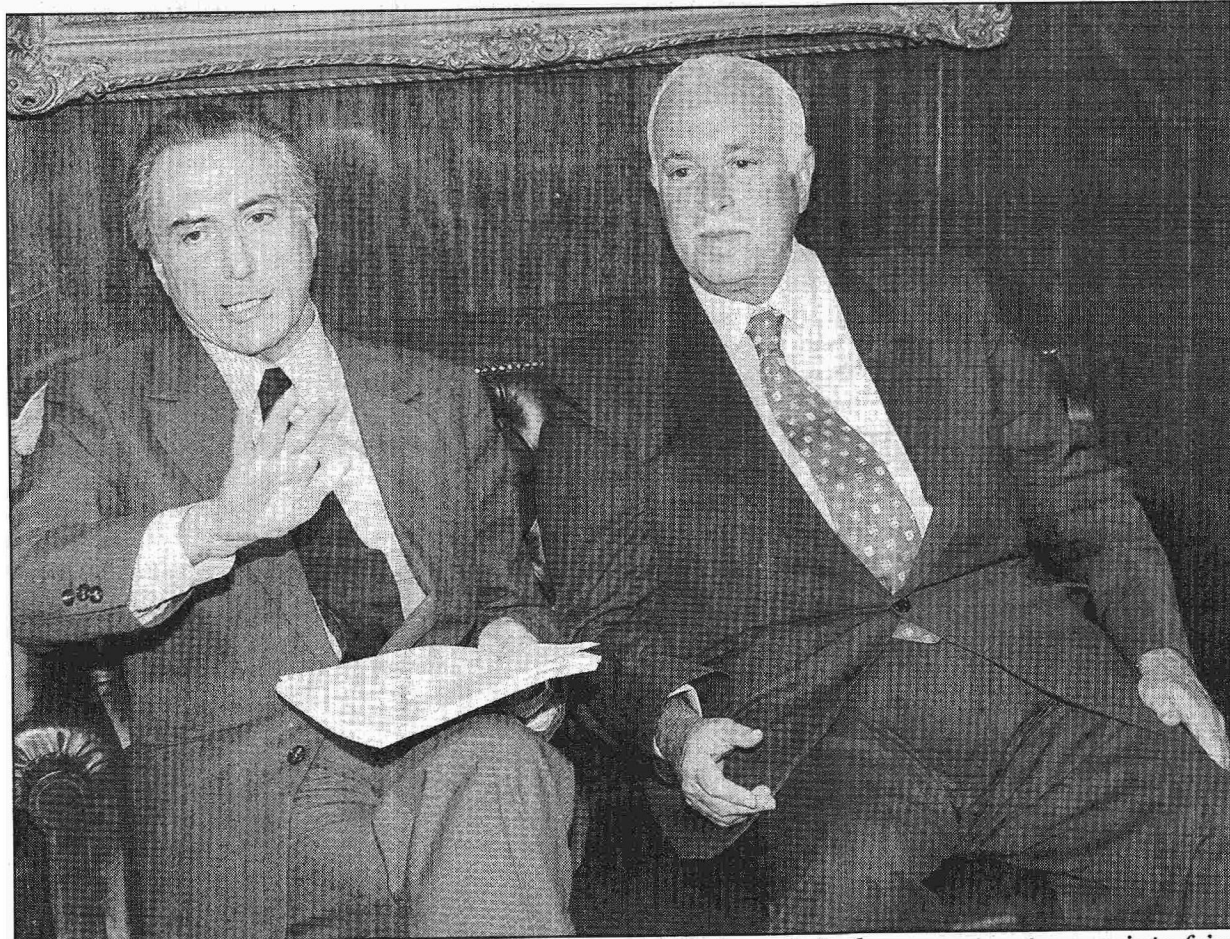


POLÍTICA

AJUSTE

Votação do pacote começa hoje no Congresso

Ed Ferreira/AE



Os presidente da Câmara, Michel Temer, e do Senado, ACM: previsão de encerramento na quinta-feira

Parlamentares podem definir até mesmo como ficará a mais polêmica das medidas, a do IR

ROSA COSTA

BRASÍLIA – O Congresso começa hoje a votar as medidas provisórias que integram o pacote econômico lançado pelo governo. A votação de hoje poderá incluir proposta mais polêmica do pacote, a que aumenta o Imposto de Renda da pessoa física para quem ganha acima de R\$ 1,8 mil e reduz gradualmente os incentivos para investimentos na Amazônia e no Nordeste, entre outras modificações.

De acordo com o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), as oito MPs do pacote serão votadas até a manhã de quinta-feira. Para ACM, as alterações feitas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no texto da MP do Imposto de Renda não atendem totalmente às suas expectativas, mas devem ser mantidas pelos parlamentares porque têm o apoio dos partidos governistas. “Tudo indica que vai ser aprovada a MP como o relator apresentar.”

O senador disse que queria amenizar a MP ainda mais, mas não conseguiu. “Evidentemente eu queria mais, mas não posso ganhar tudo”, justificou. “Não ganhei, mas defendi o que pude.” Ele disse que o resultado das negociações “foi uma boa vitória”. “Inclusive para o governo que dizia não poder fazer melhor e fez melhor e estou satisfeito com isso”, acentuou.

Reza – Antônio Carlos disse que o presidente Fernando Henrique “fez justiça” ao elogiar o Congresso e os parlamentares, inclusive ele próprio, na entrevista na qual anunciou as mudanças na medida provisória. Ele garantiu que o seu relacionamento com o presidente continua o mesmo. “Sempre foi bom, vocês (jornalistas) é que estavam enganados”, disse. “Rezamos juntos e quando o sujeito reza junto as coisas melhoram”, lembrou, referindo-se à participação de ambos, na quinta-feira, em culto pelo Dia de Ação de Graças.

Na avaliação do senador, é preciso levar em conta que o governo tem mais dados do que os parlamentares. Ele concordou que o contribuinte poderia ter sido ainda mais poupado se os recursos exigidos pelos cofres públicos fossem resultado do aumento da taxa da renda fixa: “Acho isso, só que o governo não, e tem mais dados do que eu.” ACM previu que as 320 emendas apresentadas à MP, entre as quais a sua que extingue simplesmente o aumento, devem ser votadas em conjunto.

■ Mais sobre o ajuste fiscal no caderno de Economia